



Diário Oficial

Eletrônico
Defensoria Pública do Estado da Paraíba

Nº 688

João Pessoa - Disponibilização: Terça-feira, 15 de outubro de 2024

Publicação: Quarta-feira, 16 de outubro de 2024

ANO 2024

Criado pela Lei nº 11.815 de 18 de dezembro de 2020.

Edição Eletrônica Certificada Digitalmente conforme Lei Federal Nº 14.063 de 23 de setembro de 2020

→ ATOS DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL

PORTARIA Nº 971/2024-DPPB/GDPG

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 18 da Lei Complementar Nº 104, de 23 de maio de 2012, e as alterações observadas pela Lei Complementar nº 169/2021, de 27 de dezembro de 2021, e de acordo com o art. 3º da Resolução nº 073/2022-CS/DPPB, republicada em 28.02.2022,

RESOLVE designar a Defensora Pública **LORENA CORDEIRO DE OLIVEIRA**, Símbolo DP-1, matrícula 780.296-4, Membro desta Defensoria Pública, exercendo suas funções na Vara Única da Comarca de Santa Luzia, para atuar como segundo exercício de substituição cumulativa no Núcleo Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher - NEPDEM, a partir da data da publicação, até ulterior deliberação.

GABINETE DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, em João Pessoa, 15 de outubro de 2024.


MÁRIA MADALENA ABRANTES SILVA
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 973/2024-DPPB/GDPG

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 18 da Lei Complementar Nº 104, de 23 de maio de 2012, e as alterações observadas pela Lei Complementar nº 169/2021, de 27 de dezembro de 2021, e de acordo com o art. 3º da Resolução nº 95/2022-CS/DPPB, publicada em 16.8.2022,

RESOLVE designar o Defensor Público **PEDRO MUNIZ DE BRITO NETO**, Símbolo DP-4, matrícula 75.176-6, Membro desta Defensoria Pública, para, em caráter especial e sem prejuízo de suas funções, atuar junto a Vara Única da Comarca de Jacaraú, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 14 de outubro de 2024.

GABINETE DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, em João Pessoa, 15 de outubro de 2024.


MÁRIA MADALENA ABRANTES SILVA
Defensora Pública-Geral do Estado

**PORTARIA Nº 975/2024–DPPB/GDPG**

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 18 da Lei Complementar Nº 104, e seus incisos, de 23 de maio de 2012, e as alterações observadas pela Lei Complementar nº 169/2021, de 27 de dezembro de 2021, e tendo em vista o que consta dos processos abaixo relacionados,

RESOLVE conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias consecutivos ao Defensor Público, no período de 11 de novembro a 10 de dezembro de 2024, conforme tabela abaixo, a saber:

PROCESSO		DEFENSOR PÚBLICO	MATRÍCULA	PERÍODO	UNIDADE (S) JUDICIÁRIA (S)	SUBSTITUTO
1	2619/2024	LUIZ ANTÔNIO MARQUES FARIAS	135.235-1	2ºP/2023	1ª Vara de Família da Capital 4ª Vara de Família da Capital Núcleo de Atendimento de Família	-

GABINETE DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, em João Pessoa, 15 de outubro de 2024.


MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA DPPB/GDPG - Nº 976/2024

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições institucionais, especialmente a conferida pelo art. 18, inciso VII, da Lei Complementar nº 104 de 23 de maio de 2012 com alterações feitas pela Lei Complementar nº 169, de 28 de dezembro de 2021,

CONSIDERANDO o Termo de Homologação de Resultado Final do II Concurso Público para ingresso na classe inicial da carreira de Defensor(a) Público(a) da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, publicado em 01 de agosto de 2023.

RESOLVE NOMEAR a candidata **ALANA DOS SANTOS TELES**, para exercer efetivamente o cargo de **Defensora Pública de 1ª Categoria (símbolo DP-1) do Estado da Paraíba**, observando o disposto nos Arts. 59 e 61 da Lei Complementar 104/2012.

Gabinete da Defensora Pública-Geral do Estado da Paraíba, em 14 de outubro de 2024.


MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
Defensora Pública-Geral do Estado



→ LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: 00006.001558/2024-7

Nº DO CONTRATO: 029/2024

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

CONTRATADA: C.W.C. DISTRIBUIDORA LTDA

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS

PERÍODO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 3.583,00 (TRÊS MIL, QUINHENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 14902.03.122.5046.4216.339052.759

DATA DA ASSINATURA: 10/10/2024

EMBASAMENTO LEGAL: ART. 75, INC. II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021


MÁRIA MADALENA ABRANTES SILVA
Defensora Pública-Geral do Estado

→ EDITAIS E AVISOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2024 – COMISSÃO ELEITORAL

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL instituída pela Portaria nº 001/2024 - DPPB/CS de 11 de outubro de 2024, em cumprimento a Resolução nº 138/2024 – CSDPB

RESOLVE expedir o presente EDITAL estabelecendo normas e critérios para a realização da eleição que formará a lista tríplice para escolha do(a) Defensor(a) Público(a)-Geral da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, para o biênio 2025/2027

I - DO EDITAL

Art. 1º - Este edital estabelece normas e critérios para a realização da eleição que formará a lista tríplice para escolha do(a) Defensor(a) Público(a)-Geral da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, para o biênio 2025/2027

II - DAS ELEIÇÕES

Art. 2º. A eleição destinada à elaboração da lista tríplice para escolha do(a) Defensor(a) Público(a)-Geral da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, para o biênio 2025/2027, ocorrerá no dia 24 de janeiro de 2025.

§ 1º. A eleição será realizada no horário das 08h às 17h, através de voto presencial, em 03 (três) seções eleitorais que deverão ser instaladas nos Núcleos Regionais de João Pessoa, Campina Grande e Patos, observado o disposto no Art. 12 deste Edital.



§ 2º. A votação será unipessoal, plurinominal, obrigatória e secreta para todos os(as) Defensores(as) Públicos(as), vedado o voto por procuração.

§ 3º. A eleição de que trata o caput deste artigo poderá ser realizada por meio de urnas convencionais e/ou eletrônicas.

§ 4º. No caso de utilização de urnas convencionais somente será considerado válido, o voto que contiver até, no máximo, 3 (três) nomes de candidatos marcados na cédula de votação física, sendo considerados nulos os que excederem esse número, e brancos os que não consignarem nenhum candidato.

§ 5º. No caso de utilização de urnas eletrônicas, essas deverão ser programadas para aceitar a escolha, por eleitor, de no máximo 3 nomes e possibilitar a opção de voto em branco para os que não desejem votar em nenhum dos candidatos.

§ 6º. Os(As) Defensores(as) Públicos(as) que se encontrarem dentro da seção eleitoral após o término do horário de votação, receberão senha e poderão exercer o direito de voto.

§ 7º. O comprovante de votação deverá ser fornecido ao eleitor pela mesa receptora de votos assim que o mesmo realizar o depósito de seu voto na urna.

Art. 3º. A Defensora Pública-Geral, o Corregedor Geral, o Presidente da Associação Paraibana dos Defensores Públicos – APDP e os candidatos(as), estes na condição de fiscais, terão livre acesso ao local de votação e apuração.

III - DA INELEGIBILIDADE

Art. 4º. São inelegíveis ao cargo de Defensor Público-Geral os membros da Defensoria Pública do Estado da Paraíba que se enquadrem nas hipóteses do inciso III, alíneas “a” e “b”, do artigo 15, da Lei Complementar Estadual nº 104, de 23 de maio de 2012.

Parágrafo único: O prazo para reabilitação do Defensor Público que deseja concorrer ao cargo de Defensor(a) Público(a)-Geral, será de 02 (dois) anos, para os crimes administrativos, na forma do artigo 87, da Lei Complementar Estadual nº 104/2012, e de 5 (cinco) anos para os crimes dolosos, contados da data da condenação definitiva transitado em julgado.

IV - DAS INSCRIÇÕES E IMPUGNAÇÕES

Art. 5º. Os interessados em concorrer à vaga de Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado da Paraíba deverão formalizar sua candidatura, mediante petição escrita, nos termos do modelo do Anexo I, dirigida ao Presidente da Comissão Eleitoral, exclusivamente pelo Endereço Eletrônico “eleicao@defensoria.pb.def.br”, do dia 21 à 25 de outubro de 2024, indicando o nome que constará na cédula de votação.

§ 1º. Serão publicados, no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, os nomes dos candidatos inscritos, no primeiro dia útil subsequente ao encerramento das inscrições.

§ 2º. As impugnações às candidaturas deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Eleitoral, de forma individualizada, em desfavor de um único candidato por vez, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da publicação a que se refere o parágrafo 1º deste artigo exclusivamente por meio do Endereço Eletrônico “eleicao@defensoria.pb.def.br”

§ 3º. Encerrado o prazo para a apresentação de impugnações, o(a) candidato(a) que tiver sua candidatura impugnada será regularmente intimado através do e-mail institucional no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

§ 4º. O prazo para a apresentação de defesa a impugnação de que trata o § 2º deste artigo será de 2 (dois) dias úteis, após a intimação de que trata o parágrafo 3º do mesmo artigo.

§ 5º. Findado o prazo para a apresentação de defesa, de que trata o parágrafo anterior, caberá à Comissão Eleitoral decidir sobre os pedidos de impugnação apresentados dentro de 2 (dois) dias úteis, encaminhando-se o resultado dos julgamentos em um dia útil para publicação no site oficial da Defensoria Pública do Estado da Paraíba.



§ 6º. Da decisão da Comissão Eleitoral caberá recurso ao Conselho Superior da Defensoria Pública, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da publicação de que trata o parágrafo anterior.

§ 7º. Findado o prazo para a interposição de recursos, o(a) candidato(a) recorrido(a) será regularmente intimado(a) através do seu e-mail institucional, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, podendo o(a) candidato(a) apresentar contrarrazões no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de sua intimação, que deverá ser dirigida ao Conselho Superior da Defensoria Pública, o qual decidirá, em última instância administrativa, em igual prazo.

§ 8º. A Comissão Eleitoral, após o julgamento das impugnações ou dos recursos, caso ocorram, encaminhará para publicação a lista definitiva das inscrições das candidaturas no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

§ 9º. Após a publicação da lista definitiva dos candidatos, de que trata o parágrafo anterior, a votação deverá ocorrer nos termos do disposto no caput do Art. 1º deste Edital.

V - DOS REGISTROS DOS ELEITORES POR SEÇÃO ELEITORAL

Art. 6º. Os(as) Defensores(as) Públicos(as) só poderão votar na seção eleitoral em que forem registrados previamente.

§ 1º. Os(as) Defensores(as) Públicos(as) deverão informar, para efeito de registro eleitoral, através do Endereço Eletrônico eleicao@defensoria.pb.def.br, entre os dias 11 à 21 de novembro, em que seção eleitoral votarão.

§ 2º. Os Defensores que não responderem em tempo hábil a consulta de que trata o parágrafo anterior deverão ser registrados na seção eleitoral do Núcleo Regional de João Pessoa.

VI - DA CÉDULA E URNA ELEITORAL

Art. 7º. A cédula de votação será confeccionada nos moldes do Anexo II desta Resolução, caso sejam utilizadas urnas convencionais.

§ 1º. No caso de utilização de urnas convencionais os nomes dos candidatos constarão da cédula de votação em ordem alfabética.

Art. 8º. No caso de utilização de cédula de votação física esta deverá ser rubricada por todos os membros da mesa receptora de votos e entregue ao eleitor após este assinar a Lista de Presença.

§ 1º. A ausência de qualquer assinatura implicará na nulidade e os votos ali consignados não serão computados, salvo para efeito de registro em Ata.

§ 2º. Entregue a cédula ao eleitor, não será permitida, em hipótese alguma, a sua troca, exceto em caso de erro de impressão na mesma.

§ 3º. No caso de utilização de urnas eletrônicas o eleitor exercerá seu voto digitando os números dos candidatos de sua escolha.

I – Os números dos candidatos, de que trata este parágrafo, deverão ser sorteados pela Comissão Eleitoral no dia 28 de novembro de 2024.

Art. 10. As urnas de votação convencionais, caso sejam utilizadas, não deverão permitir a visualização dos votos que serão ali depositados.

§ 1º. Na hora anterior marcada para o início da votação a Comissão Eleitoral procederá ao lacre das urnas, onde constarão, obrigatoriamente, as assinaturas de todos os membros da mesa receptora de votos, e, facultativamente, as dos candidatos presentes.

§ 2º. Deverão estar presentes no horário acima determinado, os membros suplentes da Comissão Eleitoral para suprir eventuais ausências dos seus membros titulares.



VII - DA APURAÇÃO

Art. 10. Após o termino da votação, a Comissão Eleitoral imediatamente procederá à abertura das urnas e será iniciado o procedimento da apuração dos votos.

§ 1º. Só será permitida a presença no recinto da apuração, além do Defensor Público-Geral e da Comissão Eleitoral, o Corregedor Geral, os candidatos, os fiscais credenciados junto à comissão eleitoral e o Presidente da Associação Paraibana dos Defensores Públicos – APDP.

§ 2º. A abertura e a apuração das urnas das seções eleitorais ocorrerá de forma simultânea e coordenada pela Comissão Eleitoral.

§ 3º. Em caso de empate no número de votos para compor a lista tríplice, será obedecido como caráter de desempate a seguinte ordem: o candidato eleito mais antigo na carreira, no serviço público do Estado, no serviço público em geral, o mais idoso e o que possuir maior titulação em nível de pós-graduação na área jurídica.

Art. 11. Encerrada a apuração, será proclamado o resultado pela Comissão Eleitoral, que deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado da Paraíba no primeiro dia útil seguinte, comunicando o resultado ao Conselho Superior da Defensoria Pública.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. Após a realização o registro de que trata o §1º do Art. 6º, caso haja menos de 10 (dez) votantes registrados em alguma das seções previstas no §1º do Art. 2º, a Comissão Eleitoral não instalará essa seção, comunicando aos Defensores nela registrados onde irão votar.

Art. 13. Finalizados os trabalhos e resolvidos os dissídios ocorrentes, lavrar-se-á a ata que será assinada por todos os membros da Comissão Eleitoral, e, facultativamente, pelos candidatos, pelo Corregedor Geral, ou seu substituto legal, pelo Presidente da Associação Paraibana dos Defensores Públicos, e pela Presidente do Conselho Superior, consignando o resultado do pleito, o número de votantes, o número de votos nulos e brancos, o número de cédulas físicas utilizadas que foram utilizadas, além de incidentes, protestos e decisões eventualmente ocorridas.

Art. 14. Encerrados os trabalhos, a Comissão Eleitoral será dissolvida, salvo para expedição de atos de sua competência, pendentes de solução.

Art. 15. Dissolvida a Comissão Eleitoral, caberá ao Conselho Superior a solução dos dissídios e impugnações ocorrentes.

Art. 16. Os prazos estabelecidos neste Edital, que recaírem em dia em que não houver expediente, prorrogar-se-ão até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 17. Cabe à Comissão Eleitoral, além do já disposto no presente edital, dispor sobre o processo eleitoral, inclusive as vedações e proibições, nos casos omissos nos termos do Art. 18 da Resolução nº 138/2024 – CSDPB.

Art. 18. Após o encerramento da votação e apuração dos resultados, o Conselho Superior procederá, na forma do art. 15, Inc. II, da Lei Complementar nº 104 de 23 de maio de 2012, com a remessa da lista tríplice ao Governador do Estado.

Art. 19. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública.

João Pessoa - PB, em 14 de outubro de 2024.

Gerardo Lins Rabelo Sobrinho
Presidente da Comissão Eleitoral



ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO DE CANDIDATURA

 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA			
REQUERIMENTO DE CANDIDATURA ELEIÇÃO PARA DEFENSOR PÚBLICO-GERAL			
AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL			
O(a) Defensor(a) Público(a) do Estado da Paraíba, adiante qualificado(a), vem perante Vossa Excelência, com o devido respeito, requerer o registro de candidatura para compor a lista tríplice ao cargo de Defensor Público-Geral, nos termos da Lei Complementar nº 104, de 23 de maio de 2012, para a devida apreciação desta Comissão, conforme modelo do Anexo I da Resolução CSDP-PB nº 138/2024.			
NOME COMPLETO			
MATRÍCULA	CPF/MF	RG E ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF	
CARGO		SIMBOLOGIA	
ENDEREÇO (NOME DA RUA, LOGRADOURO, ETC)			
NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF
INDICAÇÃO DO NOME COM O QUAL PRETENDE INDICAR NA CÉDULA DE VOTAÇÃO			



Termos em que

Espera deferimento.

João Pessoa/PB, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Candidato

ANEXO II

CÉDULA DE VOTAÇÃO (FRENTE)

ELEIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE DE DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

RESOLUÇÃO CSDP-PB Nº 138/2024

CÉDULA DE VOTAÇÃO

<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 1)	<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 11)
<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 2)	<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 12)
<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 3)	<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 13)
<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 4)	<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 14)
<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 5)	<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 15)
<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 6)	<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 16)
<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 7)	<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 17)
<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 8)	<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 18)
<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 9)	<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 19)
<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 10)	<input type="checkbox"/> Nome Completo (Candidato 20)

Instruções de Preenchimento: Marque com "x" nos candidatos de sua preferência, devendo **obrigatoriamente** marcar no **máximo** 03 (três) candidatos para considerar o **voto válido**. Após votar, dobre a sua cédula e coloque na urna.



ANEXO II - A

CÉDULA DE VOTAÇÃO (VERSO)

ELEIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE DE DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

RESOLUÇÃO CSDP Nº 138/2024

CÉDULA DE VOTAÇÃO

Presidente da Mesa Receptora de Votos

Mesário

Instruções de Preenchimento: Marque com “x” nos candidatos de sua preferência, devendo **obrigatoriamente** marcar no **máximo** 03 (três) candidatos para considerar o **voto válido**. Após votar, dobre a sua cédula e coloque na urna.